

(*) *Inácio José Bessa Pires* é Especialista em Políticas Públicas, Professor da UNIFOR e Assessor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza. Endereço eletrônico: inaciobessa@terra.com.br. *Leôncio José Bastos Macambira Junior* é Filósofo, Mestre em Planejamento e Políticas Públicas/UECE e Diretor de Pesquisa do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT. E-mail: mtefor@idt.org.br

Inácio José Bessa Pires Leôncio José Bastos Macambira Junior *

Trajetórias Ocupacionais: o caso Nordeste

RESUMO: Amplia-se a formalidade no país nos anos de 2000, com ênfase para o biênio 2005 e 2006, porém há muito que avançar, notadamente no tocante à qualidade das ocupações, no que diz respeito aos rendimentos do trabalho. A suficiência dos novos postos de trabalho é questionável pelo excedente de mão-de-obra que ainda pressiona o mercado de trabalho em busca de um emprego. Alinha-se a esta questão a situação crítica daqueles que perdem o seu emprego, posto que precisam lutar contra o tempo para a sua nova inserção no mercado de trabalho, na medida em que, mesmo diante da tendência de crescimento do emprego, no período de 2000 a 2005, assevera-se que a participação dos trabalhadores demitidos no ano de 2000, que retornam ao mercado de trabalho, tem comportamento descendente, com o passar dos anos, ou seja, a dificuldade do reemprego tem correlação direta com o tempo de desocupação.

Palavras-chave:
Emprego Formal;
Trajetória
Ocupacional;
Nordeste.

I ntrodução

Depois de um longo e demorado processo de estagnação de sua economia e do baixo crescimento do emprego, o País parece dar sinais de um novo ciclo de desenvolvimento e crescimento do mercado de trabalho. O papel desempenhado pela economia mundial, nos últimos anos, e o lento, mas crescente, aumento da economia nacional contribuíram para minorar as altas de desemprego e recuperar o emprego, apesar de o País ainda conviver com um grande contingente de desempregados.

Com esse cenário até então experimentado pelo conjunto dos trabalhadores, o desemprego afetou sobremaneira as mais diferentes regiões do País, mas, em particular, as regiões mais pobres e com menor dinamismo em suas economias. Nesse contexto, a Região Nordeste insere-se pelos altos índices de pobreza e exclusão social de sua população.

Mesmo diante das adversidades, o mercado de trabalho dos anos 2000 tem apontado significativos crescimentos para os mais distintos grupos sociais e regiões do País. Assim, o desafio no presente estudo é conhecer as características dos trabalhadores desligados da Região Nordeste, em 2000, e a sua reinserção no mercado de trabalho. Para tanto, o estudo foi dividido em algumas etapas, a saber: uma breve introdução; uma análise do mercado de trabalho; uma caracterização dos trabalhadores desligados, o retorno dos trabalhadores dispensados e, por fim, as considerações finais. Como fonte de consulta, utilizou-se a RAIS MIGRA, base de dados derivada do registro administrativo da Relação Anual de Informações Sociais. A referida fonte permite acompanhar as mudanças decorrentes da ocupação do trabalhador, em particular, os aspectos geográfico, setorial e ocupacional. Desse modo, analisaram-se os trabalhadores desligados, em 2000, e aqueles que retornaram no período de 2001 a 2005, ou seja, objetivou-se investigar o grau de reinserção da ocupação formal na Região Nordeste.

Espera-se, contudo, que o referido estudo possa contribuir para o entendimento desta dinâmica do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, que ações possam ser pensadas como objeto de intervenção, identificando alternativas possíveis e mais criativas, além de apontar horizontes às disjuntivas até agora pensadas à luz das políticas públicas.

Mercado de Trabalho e Tendências Recentes

A discussão sobre o desempenho recente do mercado de trabalho formal, no País, tem suscitado um amplo debate em vários segmentos da sociedade. Dessa forma, entender sua complexidade e dimensão torna-se uma tarefa inadiável, principalmente, a partir dos anos 2000.

Desse modo, os anos 2000, contudo, parecem trazer uma nova perspectiva ao mercado de trabalho nacional nas suas mais diferentes regiões, mesmo considerando que, nos anos 2005 e 2006, a economia nacional cresceu, em média, apenas 3,3% ao ano. É bem verdade que o bom desempenho do mercado de trabalho ainda é muito concentrado no eixo Sul-Sudeste, situação inversa a outras áreas do País, como a Região Nordeste, em que o desemprego ainda corresponde a quase um quinto da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira, o que demonstra fortes traços de desigualdade e exclusão de sua população.

Desde 2003, apesar do conservadorismo da política econômica nacional, os crescimentos da economia e do comércio mundiais têm permitido ao Brasil manter a atividade econômica. O crescimento das exportações, ao estimular

a produção, fez ampliarem-se o emprego e a renda que, juntos com o endividamento das famílias, provocaram aumento do consumo e do investimento, acarretando maiores importações que foram cobertas pelas exportações. (LEONE; BALTAR, 2007).

Na primeira metade dos anos 2000, o emprego cresceu em ritmo mais acelerado do que o da população economicamente ativa e a taxa de desemprego caiu de 12,7% para 11,5%, ou seja, uma variação da ordem de 9.45%. A população desempregada continua, entretanto, representando parcela expressiva da população economicamente ativa (11,4 milhões de pessoas em 2006), tendo aumentado em 1,3 milhão de pessoas seu contingente, entre os anos de 1999 e 2006. (MAIA, 2007).

Na análise de Pochmann (2006), até o final da década de 1980, conforme estatísticas oficiais, o desemprego era relativamente baixo no Brasil. A partir de 1990, a quantidade de pessoas sem emprego e procurando um posto de trabalho ganhou forte relevância, sem paralelo com qualquer período de tempo anterior.

O intenso crescimento do emprego formal, desproporcional à ampliação do Produto Interno Bruto (PIB), está relacionado com modificações nas condições de operação da economia brasileira. A necessidade de o governo obter um expressivo superávit primário para poder administrar o refinanciamento de uma enorme dívida pública, de prazo curto e altas taxas de juros, levou a uma maior fiscalização dos impostos e da previdência social que culminou com a unificação das ações fiscalizadoras na Super-Receita, em 2006, esta maior fiscalização teve conseqüências sobre a formalização dos empreendimentos e dos contratos de trabalho neles envolvidos. (BALTAR; LEONE, 2007).

Na verdade, apesar do bom desempenho do emprego formal, há que se considerar, portanto, o trabalho, muitas vezes invisível, da fiscalização do trabalho, que, em muitos casos, não é levado em consideração quando da análise das estatísticas, principalmente quando ela é analisada de maneira isolada. Se de fato existe um bom desempenho, ele é fruto, também, da ação fiscalizadora ocorrida, principalmente, a partir de 2003, intensificando a formalização de milhares de trabalhadores que conviviam com a informalidade.

Apesar das distintas realidades e análises, é inegável o aumento do emprego formal, combinado com a redução do patamar de desemprego, em particular, no período entre 2004 e 2006, quando a taxa de desemprego representava 8,9% e 8,4%, respectivamente, da população economicamente ativa. A ocupação, nesse mesmo período, passou de 56,55 (2004) para 57,20% (2006),

contribuindo para um crescimento relativo da ordem de 1,15%. Esse momento, contudo, precisa ser acompanhado com certa moderação, pois o mercado ainda convive com uma expressiva ampliação da PEA, com crescimento moderado da economia, elementos que, juntos, ainda não possibilitaram uma maior repercussão dos principais indicadores do mercado de trabalho.

Um outro aspecto que muitas vezes obscurece as estatísticas do mercado de trabalho são determinados indicadores que nem sempre são analisados na sua devida proporção e atenção, fato que demonstra uma aparente razoabilidade do mercado, amparado por outros indicadores melhor identificados pelas instituições de pesquisa, e conseqüentemente, pela maioria dos analistas que tratam desta temática. A exemplo dessa situação pode-se citar o desemprego de longa duração, que, na compreensão de Maia (2007, p. 18):

O desemprego de longa duração também cresceu em termos absolutos, embora reduzirá sua participação no conjunto de desempregados do país. Se considerada apenas a população desempregada que possuía emprego anterior, entre 1999 e 2006 caiu de 42% para 40% a parcela daqueles que estão desempregados há mais de um ano. Continua, entretanto, representando uma parcela expressiva da população e caracteriza a deficiência do mercado de trabalho em absorver seu excedente de mão-de-obra.

Mesmo diante de todos esses cenários, não se pode esquecer que as duas últimas décadas, as de 80 e 90, trouxeram conseqüências perversas para o mercado de trabalho e para os trabalhadores. Na análise de Pochmann (2007, p. 65-66):

Desde o início de década de 1980, com o agravamento da crise da dívida externa, o Brasil passou a reverter os sinais de rápida expansão econômica que caracterizou o período de industrialização nacional verificado entre os anos de 1930 e 1970. Durante essa fase, o avanço da estrutura produtiva foi seguido pelo movimento de estruturação do mercado de trabalho, por meio do elevado crescimento do emprego assalariado formal e decréscimo das ocupações precárias e do desemprego em todo o país.

A década de 1980 foi marcada pelo impacto da Crise da Dívida que tornou insustentável o modelo de desenvolvimento anterior, guia, até então, do crescimento econômico do País. Ali, quando as fontes de financiamento

desapareceram, todo o arranjo vivido até então pareceu ruir de uma só vez. Os investimentos entraram em queda e o mercado interno perdeu seu dinamismo. A inflação ganhou espaço, levando a política econômica a perder o longo prazo como horizonte de planejamento e debruçar-se sobre questões conjunturais e urgentes. Em meio a tudo isso, a demanda efetiva enfraqueceu-se e o vigor industrializante, que vinha acompanhando o País desde 1930, perdeu espaço para a expectativa e o ganho no mercado financeiro. (GUERRA et al, 2007).

Ainda sobre esta discussão, Pochmann et al., (2007, 48) argumentam que:

Também o emprego sofreu com a crise. Embora não tenham surgido taxas recordes de desemprego ou a explosão do trabalho informal, típico dos anos 1990, ainda assim, os setores modernos da economia deixaram de ser absorvedores de mão-de-obra em quantidade significativa, e o mercado de trabalho, mesmo que formado incompletamente, já passou a apresentar sinais de fragilização.

A análise de Pochmann é mais uma constatação de que, apesar do crescimento do emprego formal nos últimos anos, em particular na segunda metade dos anos 2000, a economia não cresceu ao ponto de o mercado de trabalho absorver uma grande parcela de trabalhadores que ainda não conseguiram uma inserção ocupacional.

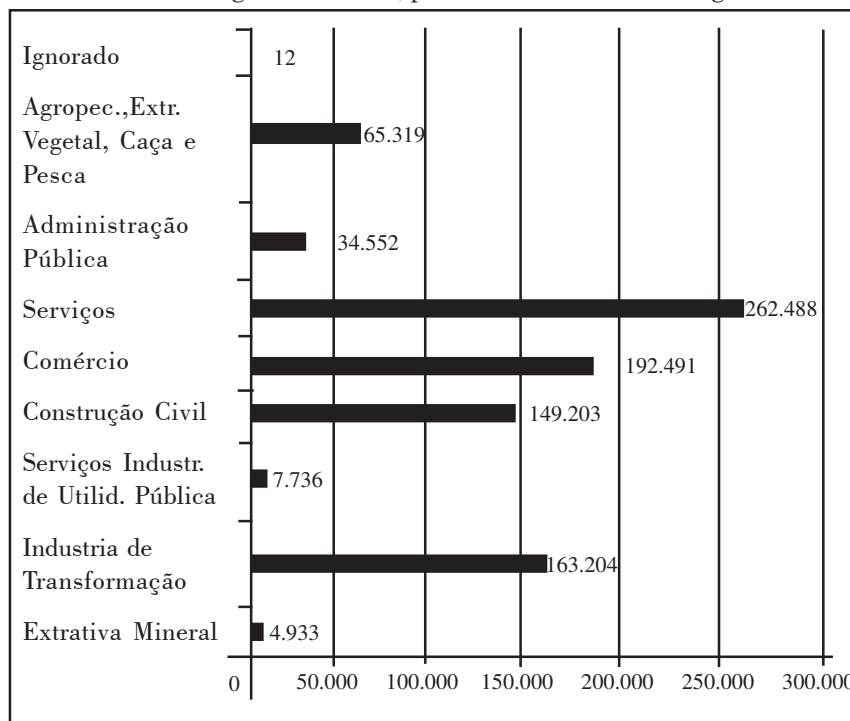
Nesse sentido, apresenta-se a seguir uma caracterização dos trabalhadores desligados em 2000, como forma de compreender algumas especificidades da força de trabalho nordestina.

Caracterização dos Trabalhadores desligados na Região Nordeste

A Região Nordeste apresentou um contingente de 879.938 desligamentos, em 2000. Desse total, boa parte dos desligamentos ocorreu nos setores da indústria de transformação (18,55%), construção civil (16,96%), comércio (21,88%) e serviços (29,83%). Nos dois últimos setores, as perdas foram de 192.491 e 262.488 empregos, respectivamente. Nos demais setores, os desligamentos ocorreram em menor proporção se se considerarem os exemplos citados há pouco.

Gráfico 1

Trabalhadores Desligados em 2000, por Setor de Atividade – Região Nordeste

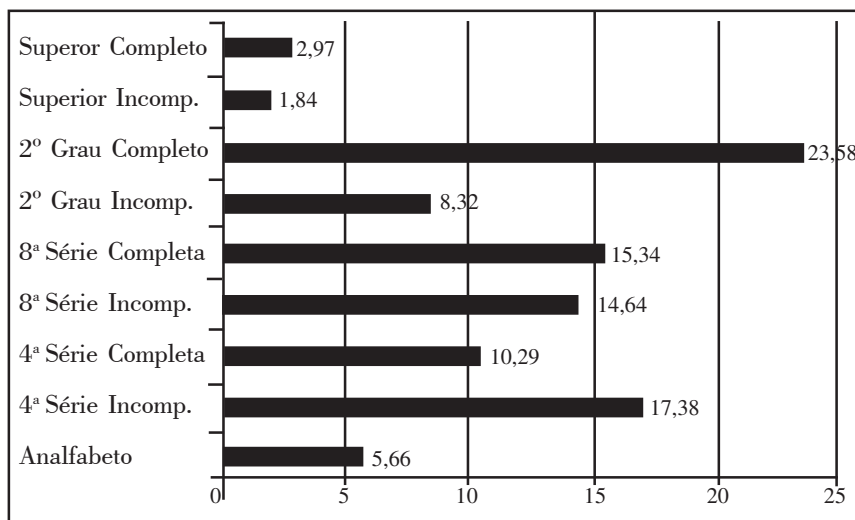


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - (RAIS)/MIGRA / 2000, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Outra característica observada nos trabalhadores desligados foi a escolaridade. Como se pode verificar no Gráfico 2, a seguir, 23,58% do total de desligados possuía 2º grau completo, ante a participação de 8,32% daqueles que não haviam concluído essa escolaridade. No ensino fundamental, 15,34% dos trabalhadores detinham a 8ª série completa e 14,64%, a 8ª série incompleta. No caso dos trabalhadores com 4ª série completa e incompleta, o percentual de desligados com esse perfil escolar era de 10,29% e 17,38%, respectivamente. Na condição de analfabetos, a região ainda apresentou 5,66% de desligados com tal nível de deficiência escolar. Para aqueles com maior escolaridade formal, ou seja, com nível superior (completo e incompleto), os desligamentos aconteceram em menor proporção, até pelo fato de o mercado de trabalho ainda não ter grandes parcelas de trabalhadores com esta formação e pela própria magnitude dessa escolaridade, o que em tese pode colaborar para a preservação de seus empregos ou uma maior estabilidade. À guisa da sua dimensão relativa, os desligamentos ocorridos em 2000, com nível superior (completo e incompleto), só representavam 4,81% do total de dispensas.

Gráfico 2

Percentual de Trabalhadores Desligados no Nordeste, em 2000, segundo à Escolaridade



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - (RAIS)/MIGRA / 2000, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Em que pese os rendimentos do trabalho, a ampla maioria dos desligados auferem valores nas faixas intermediárias de 1,01 a 3,0 salários-mínimos, que, juntas, representavam 66,57% de todo o total de desligamentos. Nas faixas acima destas, esses percentuais é em menor proporção, atingindo um total de 210.190 (23,88%) trabalhadores. Na faixa com até 1 salário- mínimo (SM), ocorreram 84.051 (9,55%) dispensas. De forma sintética, é nas faixas intermediárias em que o grau de desligamento acontece de maneira mais intensa.

Tabela 1- Trabalhadores Desligados da Região Nordeste, segundo as Faixas de Salários – 2000

Faixas de salários	Desligamentos	Percentual(%)
Até 1 SM	84.051	9,55
1,01 a 1,5 SM	291.023	33,07
1,51 a 3,0 SMS	294.674	33,50
3,01 a 5,0 SMS	89.504	10,17
Maior que 5 SMS	120.686	13,71
Total	879.938	100,00

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - (RAIS)/MIGRA / 2000, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Uma outra característica dos trabalhadores desligados da Região Nordeste, em 2000, é que eles são majoritariamente masculinos (72,84%). As mulheres só representavam 27,16% das dispensas ocorridas no ano em apreço.

Tabela 2

Trabalhadores Desligados da Região Nordeste, segundo o Gênero – 2000

Gênero	Trabalhadores desligados	Composição (%)
Masculino	640.973	72,84
Feminino	238.965	27,16

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - (RAIS)/MIGRA / 2000, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Um dos fatores que pode explicar esse maior nível de desligamento masculino é que a taxa de ocupação global dessa mão-de-obra no País é de 68,2%, enquanto a feminina, 46,8%. Com isso, o processo de rotatividade tende a ser maior entre eles. No caso do desemprego, considerando o crescimento das oportunidades de trabalho para o gênero feminino, o que estimula a pressão sobre o mercado de trabalho, a situação é inversa, ou seja, enquanto a taxa de desemprego masculina ficou em 6,4%, a das mulheres foi de 11,0%, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por outro lado, a participação feminina no mercado de trabalho, nos últimos anos, tem mudado, de forma considerável, essa radiografia. Entre 2004 e 2006, o emprego formal masculino cresceu, em média, 4,3% ao ano, e o feminino com essa mesma característica, 5,4%. Segundo Leone e Baltar (2007, p. 8):

A mulher está dando a tônica do mercado de trabalho no Brasil, ao sustentar, com sua participação mais ativa, um forte aumento da PEA. Além disso, o ritmo de crescimento mais intenso para as mulheres de que para os homens, marcou as principais alterações na maneira como está sendo absorvido na ocupação aquele aumento da população ativa. Destaca-se o forte crescimento das mulheres em ocupações remuneradas e não-remuneradas, no emprego assalariado em estabelecimento e nos contratos formalizados deste tipo de emprego.

Por tudo isso, a presença cada vez mais freqüente da mulher no mercado de trabalho, inclusive com a inserção em determinadas ocupações, até então definidas como tipicamente masculinas, que dantes eram ocupadas somente por homens, agora, já passam a ter a inserção feminina, inclusive com predomínio significativo. Dessa forma, o *apartheid* entre homens e mulheres,

no exercício de determinadas ocupações, agora já não traduz o mesmo efeito, apesar de as lacunas salariais persistirem em manter fortes contrastes. Para a pesquisadora Ana Camarano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

O aumento da proporção de domicílios chefiados por mulher guarda estreita relação com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Esses fatores provocaram algumas mudanças nas características dos domicílios brasileiros alterando as relações tradicionais de gênero: mulher cuidadora e homem provedor. (CAMARANO, 2007, p. 27).

Desse modo, analisa-se agora o grau de retorno dos trabalhadores, que foram desligados em 2000 e que conseguiram, na sua maioria, retornar ao mercado de trabalho formal.

Depois do desligamento, o retorno ao mercado de trabalho: Um caminho ainda longo para a maioria dos trabalhadores

Atualmente, dois grandes elementos têm se configurado como passos decisivos para a conquista de uma vaga no mercado de trabalho: a escolaridade e a experiência profissional. Sem dúvida, outros elementos também se associam a esses pré-requisitos, mas, sem dúvida, estes aqui mencionados são fatores decisivos nesse atual contexto de um mercado de trabalho complexo, restritivo e cada vez mais seletivo. Por tudo isso, quanto mais tempo o trabalhador fica fora do mundo laboral, mais dificuldades terá para seu retorno. Não é à toa que a taxa de desemprego para as pessoas que procuraram trabalho, no período de um ano, é tão alta, chegando a atingir, aproximadamente, 3,2 milhões de trabalhadores, ou seja, 28% de todos os desempregados do País. Nesse sentido, Maia (2007, p. 17) adverte que:

As condições desfavoráveis para inserção no mercado de trabalho penalizam principalmente os menos qualificados e este comportamento continuou sendo observado nos anos 2000. Após crescer sensivelmente até 2005, em 2006 reduziu em 5% o número de pessoas à procura do primeiro emprego. Mas, no cômputo geral, a proporção destes no conjunto da população desempregada passou de 27% para 28% entre 1999 e 2006.

As considerações de Maia só reforçam as inúmeras dificuldades que as pessoas sem experiência anterior enfrentam no cotidiano para obter uma oportunidade

de trabalho. Até a conquista da vaga, muitos ficam diante de um verdadeiro compasso de espera, o que aumenta ainda mais as dificuldades de inserção e, conseqüentemente, amplia-se a taxa de desemprego de longa duração. Examinando os indicadores da PNAD, Maia (2007, p. 18) constata que:

O desemprego de longa duração também cresceu em termos absolutos, embora reduzirá sua participação no conjunto de desempregados do país. Se considerado apenas a população desempregada que possuía emprego anterior, entre 1999 e 2006 caiu de 42% para 40% a parcela daqueles que estão desempregados há mais de um ano. Continua, entretanto, representando uma parcela expressiva da população e caracteriza a deficiência do mercado de trabalho em absorver seu excedente de mão-de-obra.

No âmbito do emprego formal, analisa-se, agora, o retorno ao mercado de trabalho das pessoas desligadas no ano de 2000, período de tempo definido como recorte temporal para esta análise. Dessa forma, pode-se conhecer melhor o grau de retorno dessa força de trabalho e o seu excedente que não conseguiu uma nova reinserção ao longo dos anos definidos para este estudo. Destarte, trata-se especificamente neste artigo, da investigação geográfica, em nível de Região Nordeste.

Tendo como referência um contingente de 879.938 desligamentos, em 2000, logo no primeiro ano (2001), 35,65% (313.679) desses trabalhadores retornaram ao mercado de trabalho. No ano seguinte (2002), esse percentual caiu para 13,26% (116.676), ou seja, 62,81% a menos que o número de retornos obtidos em 2001. Nos anos seguintes, 2003 a 2005, os percentuais de retorno oscilaram 6,59% (57.986), 4,40% (38.692) e 3,34% (29.396), respectivamente. Em síntese, na medida em que aumenta o tempo de afastamento do trabalhador do mercado de trabalho, mas difícil e lento fica o seu retorno.

Tabela 3 - Percentual de Trabalhadores Desligados do Nordeste, em 2000, com Retorno ao Mercado de Trabalho em todas as Regiões do País, nos Anos 2001 a 2005

Anos	Percentual de retorno
2001	35,65
2002	13,26
2003	6,59
2004	4,40
2005	3,34

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - (RAIS)/MIGRA / 2000 - 2005, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Uma outra observação interessante quanto a esses trabalhadores desligados é que a maioria deles retorna para a sua região de origem laboral, ou seja, dos desligados da Região Nordeste, em 2000, 91,37% dos que retornaram em 2001 continuaram nessa região, contra apenas 8,63% que migraram para outras regiões do País. Em 2002, essa relação foi de 89,80% para o Nordeste e de 10,20% para outras regiões. Essa relação se mantém no ano de 2003, sendo de 89,55%, no Nordeste, e de 10,45%, nas demais regiões. Em 2004, houve uma pequena queda em relação ao retorno para o Nordeste (80,08%) e uma maior ampliação para outras localidades (19,92%) do País, alcançando, em 2005, os patamares verificados nos anos 2001/2002, com 87,61% dos trabalhadores retornando para o Nordeste e 12,39%, para outras regiões. Esse desejo de continuar trabalhando na mesma região, onde antes o trabalhador havia sido desligado, mostra um sentimento de vínculo com a sua região de origem, motivado, em tese, pelas suas raízes culturais e laços familiares, além de procurarem nessa mesma região os estados com maior dinâmica em seus mercados de trabalho.

Tabela 4

Percentual de Trabalhadores com Retorno ao Mercado de Trabalho do Nordeste e outras Regiões do País - 2001 a 2005

Grandes Regiões	Anos de Retorno ⁽¹⁾				
	2001	2002	2003	2004	2005
Nordeste	91,37	89,80	89,55	80,08	87,61
Outras regiões	8,63	10,20	10,45	19,92	12,39

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - (RAIS)/MIGRA / 2000 - 2005, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Um outro aspecto interessante no tocante ao reingresso ao emprego é que a maioria dos trabalhadores, que foram desligados do Nordeste, definiu os estados do Ceará (18,21%), Pernambuco (19,34%) e Bahia (29,61%), como suas preferências para o novo emprego, logo no primeiro ano (2001). E ainda: dos 313.679 trabalhadores reinseridos em 2001, 91,37% retornaram para o Nordeste. Nos demais estados da Federação, somente São Paulo (10.555), Rio de Janeiro (3.312) e Minas Gerais (2.163) registraram um número mais elevado de trabalhadores que optaram por esses estados. Os estados de Goiás (1.072), Distrito Federal (1.848), Rio Grande do Sul (2.202) e Pará (1.384) foram os destaques de suas regiões.

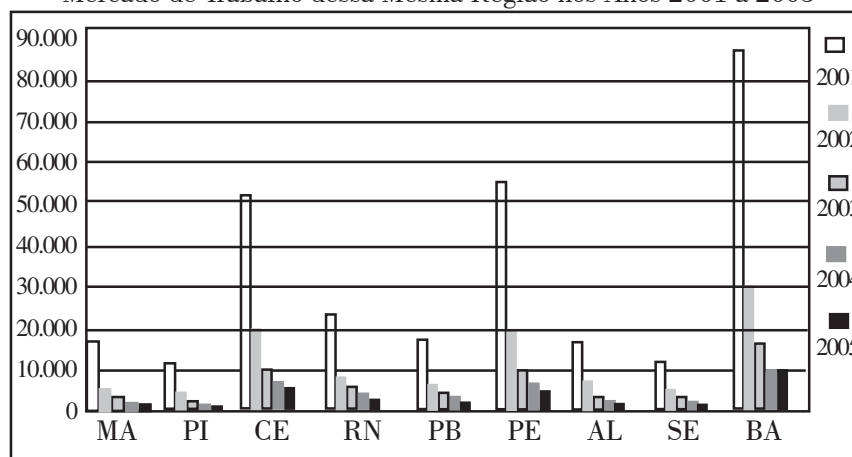
Em 2002, os estados do Ceará (18,60%), Pernambuco (19,29%) e Bahia (29,77%) continuaram sendo os destaques do Nordeste, absorvendo grande parcela das pessoas que conseguiram uma vaga no mercado de trabalho e

que a este resultado atribui-se como razão o fato de os referidos estados serem detentores dos maiores estoques de mão-de-obra da Região em questão. Nas demais regiões do País, os estados mencionados em 2001 continuaram sobressaindo-se. Ainda em 2002, dos 116.676 reinseridos, 104.781 (89,81%) optaram por continuar no Nordeste.

No ano seguinte, 2003, mesmo diante de uma queda expressiva dos trabalhadores que retornaram ao mercado de trabalho, em comparação ao contingente registrado nos anos de 2002 e 2001, dos 57.986 reinseridos, 51.927 (89,55%) permaneceram no Nordeste, com destaque, mais uma vez, para os estados do Ceará (18,85%), Pernambuco (18,99%) e Bahia (30,14%). À exceção desses três estados, o Rio Grande do Norte foi a quarta maior preferência dos trabalhadores, em 2003. Quanto às demais pessoas que obtiveram uma oportunidade de trabalho, os destinos escolhidos foram São Paulo (2.591) e Rio de Janeiro (740).

Finalmente, os anos de 2004 e 2005 registraram o menor índice de retorno ao mercado de trabalho dos trabalhadores desligados em 2000, ou seja, nesses dois últimos anos, o percentual de regresso só chegou a 4,40% e 3,34%, respectivamente. Este resultado confirma a hipótese de a maior dificuldade de retorno ao mercado de trabalho estar relacionada com o tempo em que o trabalhador passa desempregado, alinhando-se a essa dificuldade o crescimento do nível de exigência do setor produtivo, diante das mudanças tecnológicas, organizacionais e da própria estrutura do mercado de trabalho.

Gráfico 3 - Trabalhadores Desligados do Nordeste, que Retornaram ao Mercado de Trabalho dessa Mesma Região nos Anos 2001 a 2005



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - (RAIS)/MIGRA / 2001-2005, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

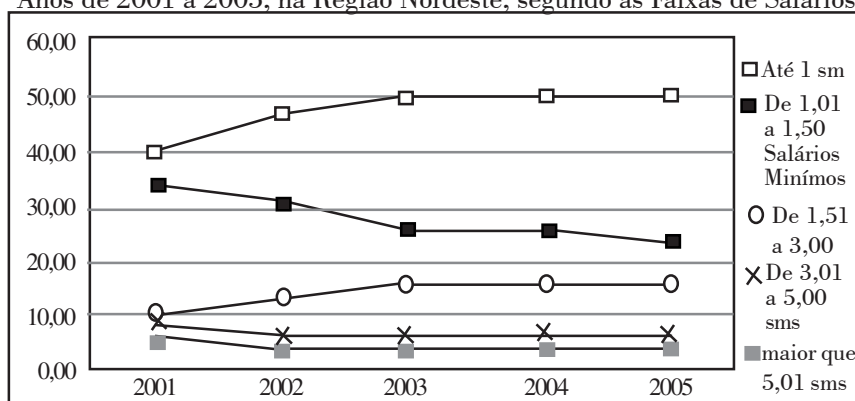
Durante os anos 1990 e até a segunda metade dos anos 2000, as regiões do País apresentaram tendências distintas na relação entre o crescimento do produto interno bruto e a população economicamente ativa. Para Pochmann (2007), a Região Nordeste, a exemplo do Norte e do Sudeste, registrou elevação da força de trabalho acima da variação do produto.

Em função disso, o comportamento do mercado de trabalho também sofreu efeitos diretos e indiretos do movimento migratório. Seguindo a tradição, o movimento migratório tendeu a perseguir o sentido da própria expansão econômica, posto que a busca por melhores condições de vida e trabalho expressa grande parte dos deslocamentos geográficos no Brasil. (POCHMANN, 2007, p. 67).

Por fim, analisam-se, agora, os rendimentos do trabalho das pessoas que retornaram ao mercado, no período de 2001 a 2005, após o desligamento em 2000. Os rendimentos mostraram tendências bem distintas, como se pode observar no Gráfico 4 a seguir. Nas faixas de até 1 SM e de 1,01 a 1,50 SM, na medida em que os anos passam, aumenta a participação dos empregados com esses níveis salariais. Já nas faixas de 1,51, 3,01 a 5,00 e maior que 5,01 salários, essa participação apresenta uma tendência decrescente.

Gráfico 4

Percentual de Trabalhadores que Retornaram ao Mercado de Trabalho nos Anos de 2001 a 2005, na Região Nordeste, segundo as Faixas de Salários



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – (RAIS / MIGRA / 2001 – 2005), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Ainda no que se refere aos salários auferidos no momento do desligamento, admite-se a relação deste fato com o fenômeno da “rotatividade seletiva”¹ o que, em hipótese, deve ter contribuído sobremaneira para a perda dos

¹ Denomina-se “rotatividade seletiva” a demissão de trabalhadores, notadamente nas faixas intermediárias de salário, pela contratação de outras pessoas, muitas vezes mais escolarizadas, que aceitam menores salários. Este fenômeno tem como uma das razões o excedente de força de trabalho, em nível nacional, decorrente do crescimento médio anual de 14,00% do número de novas ocupações e de 17,00% da população economicamente ativa – PEA, segundo estudos realizados pelo IBGE.

rendimentos do trabalho, ao longo dos últimos anos. Para ilustrar essa assertiva, tomando-se como referência a RAIS do período de 2000 a 2005, os números relativos aos rendimentos do trabalho não apontam para um cenário favorável, posto que se percebem situações que caracterizam a perda dos rendimentos (Tabela 5), isto é, na faixa de até 1 salário-mínimo, a participação evolui de 9,18%, no ano de 2000, para 10,52% (crescimento de 14,60%), no de 2005. Ampliando a faixa para até 1,5 salário-mínimo, o crescimento é de 37,47% para 50,60%; ou seja, uma evolução de 35,04%. Por outro lado, para os trabalhadores que ganham acima de 20 salários-mínimos, registra-se, no período em questão, uma queda de participação da ordem de 47,06%.

A título de ilustração, retirando do total da distribuição as frequências de rendimento de até 1,5 salário-mínimo, registra-se, no ano de 2000, pontuação de 61,76%. Fazendo o mesmo exercício para o ano de 2005, encontra-se o percentual de 48,88%. Que expressam esses números? Em cinco anos, a representação de trabalhadores integrantes das classes sociais “média” e “rica” decresce em, aproximadamente, 20,85%. Considerando uma evolução mais acentuada da presença de pessoas com renda de até 1,5 salário mínimo, no período em questão, conclui-se que, a cada ano que passa, distanciam-se da minoria dos ricos aqueles da chamada “classe média”, que caminham a passos largos para ter como retorno da venda da sua força de trabalho, nos próximos anos, a continuar essa tendência, um rendimento máximo de até 1,5 salário-mínimo; ou seja, R\$ 622,50, caso se considere o valor do salário-mínimo de abril de 2008. Qual seria a explicação desse comportamento? A princípio, atribui-se como um dos fatores o crescimento dos empregos malremunerados e que, apesar de o setor produtivo ter contribuído sobremaneira para a geração de novos postos de trabalho, não mantém o perfil antigo de remuneração, diante do excessivo descompasso entre a oferta e a demanda de mão-de-obra, haja vista que, em nível nacional e em média anual, a população economicamente ativa cresce 17,00% e a geração de empregos, 13,00%.

Tabela 5

Rendimentos do emprego formal, em 31 / 12, por faixas de salário - Região Nordeste - 2000/2005

Faixas Sal. mfn	2000			2005		
	F_i	$F_{i,R}$	$F_{i,R,A}$	F_i	$F_{i,R}$	$F_{i,R,A}$
$\leq 0,5$	33.855	0,77	0,77	34.376	0,59	0,59
0,5 — 1,0	367.897	8,41	9,18	576.923	9,93	10,52
1,0 — 1,5	1.236.978	28,29	37,47	2.328.122	40,08	50,60
1,5 — 2,0	694.450	15,87	53,34	845.121	14,55	65,15

2,0 — 3,0	705.853	16,13	69,47	750.032	12,91	78,06
3,0 — 4,0	359.693	8,22	77,69	397.453	6,84	84,90
4,0 — 5,0	244.604	5,59	83,28	228.089	3,93	88,83
5,0 — 7,0	262.108	5,99	89,27	243.218	4,19	93,02
7,0 — 10,0	166.635	3,81	93,08	151.560	2,61	95,63
10,0 — 15,0	118.715	2,71	95,79	105.499	1,82	97,45
15,0 — 20,0	53.629	1,23	97,02	49.889	0,86	98,31
> 20,0	96.597	2,21	99,23	67.693	1,17	99,48
Ignorado	33.836	0,77	100,00	30.615	0,52	100,00
Total	4.374.850	100,00	--	5.808.590	100,00	--

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - (RAIS) / 2000/ 2005, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Considerações Finais

↳

Não obstante os avanços proporcionados pela economia, nos últimos anos, o que trouxe conseqüência positiva para o mercado de trabalho, notadamente no que se refere à maior geração de empregos formais, ainda há muito que avançar e conquistar. Mesmo diante de um quadro de crescimento dos principais indicadores do mercado, principalmente a partir da segunda metade dos anos 2000, o País ainda possui um grande déficit de emprego.

No campo do emprego formal, assiste-se a uma ampliação da formalidade. Milhares de oportunidades foram criadas e, a cada ano, o saldo líquido do emprego é positivo para todas as regiões do País, ou seja, o número de pessoas admitidas supera o daquelas que perdem seus empregos. Mesmo assim, considerando os baixos índices de crescimento da economia nos últimos anos, com o aumento gradativo da população economicamente ativa, muitos trabalhadores que perderam seus postos de trabalho ainda permanecem fora do mercado de trabalho, vendo, cada vez mais distante, o sonho de conseguir uma ocupação.

Na Região Nordeste, dos 879.938 desligamentos ocorridos no ano 2000, 63,24% dos trabalhadores retornam ao mercado de trabalho e 36,76%, não conseguem voltar; no período de 2001 a 2005, ou seja, durante esses cinco anos, nenhum trabalhador conseguiu reinserir-se no mercado de trabalho formal. Os rendimentos dos que saíram e retornaram são pífios, com a maioria dos trabalhadores ficando sempre concentradas nas faixas de menor salário. Neste aspecto, assiste-se a uma contínua precarização das

ocupações, diante do processo ascendente de seletividade do mercado de trabalho, que cada vez mais se consolida, em função do descompasso entre o tamanho da força de trabalho e a geração de empregos formais.

Por último, são os estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará os que registraram o maior número de trabalhadores egressos do mercado de trabalho, atribuindo-se a isto o fato de eles, em comparação aos demais da Região Nordeste, apresentarem, nesta ordem, a maior geração de empregos formais.

Key-words: formal job, northeastern, occupational trajectory.

ABSTRACT: Extends itself the formality in the country, in the years of 2000, with emphasis for the biennium 2005/2006, but there is much progress, specially with regard to the quality of occupations, in respect of income from work. The sufficiency of the new jobs is questionable, for the surplus of labor, which is still pressing labor market in search of a job. Aligns to that question the critical situation of those workers who lose their jobs, since they need to fight insistently against time, in order to reinsert themselves in the labor market, to the extent that even in face of the trend of employment growth, from 2000 to 2006, participation of workers dismissed in 2000, that return to the labor market, has descending behavior over the years, namely the difficult of reemployment has direct correlation with length of unemployment.

Referências

BALTAR, P.; LEONE, E. Perspectivas da geração de empregos formais num cenário de crescimento econômico. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, n. 7, p. 81-90, 2007.

CAMARANO, A. A. As novas mulheres brasileiras. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, ano 4, n. 37, p. 27, 27 nov. 2007. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/37/pdfs/rd37art02.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2007.

GUERRA, A. et al. (Org.). **Atlas da nova estratificação social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2007. V. 2: Trabalhadores urbanos: ocupação e queda na renda.

LEONE, E.; BALTAR, P. Economia e mercado de trabalho no Brasil. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, n. 6, p. 5-8, maio/ago. 2007.

MAIA, A. G. Perfil do desemprego no Brasil nos anos 2000. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, n. 6, p. 15-22, maio/ago. 2007.

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Geoeconomia do emprego no Nordeste brasileiro. In: MACAMBIRA, J.; SANTOS, S. M. dos. (Org.). **Brasil e Nordeste: ocupação, desemprego e desigualdade**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.